

## COMUNICAÇÃO FAJE-EDUCAÇÃO RELIGIOSA

### HUMANIZAÇÃO OU DOCTRINAÇÃO: POR UMA RESSIGNIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA

#### **Introdução:**

Em nossa pesquisa sobre a aceitação ou rechaço da Educação religiosa como disciplina, intuímos que a verdadeira problemática de fundo não se refere, exclusivamente, à defesa da laicidade. Não se trata simplesmente da afirmação da educação laical em detrimento do caráter confessional, historicamente constituído . A problemática deve ser vislumbrada a partir do conflito de interpretações no que se refere à realidade antropológica do fenômeno religioso. Por tal razão, propomos uma ressignificação da educação religiosa. Esta deve acontecer desde a perspectiva que advoga a dimensão do mistério não como algo opcional à existência humana, mas como elemento fundamental para a constituição da nossa própria humanidade. Abordaremos o tema do Ensino Religioso a partir de três elementos que têm sido a marca dos debates sobre esta disciplina: o medo, a ignorância e a intolerância.

#### **1. A Educação Religiosa na República: uma questão em debate**

Ao propormos a discussão da legitimidade da Educação religiosa no sistema educacional, algumas perguntas emergem necessariamente. Não temos a pretensão de oferecer aqui respostas completas, apenas queremos sugerir algumas ideias. Nosso estudo sobre esta “disciplina” visa ressignificar também as motivações que nos levam a defender sua relevância no currículo escolar: por que e para que existe (?). Este tema necessita de uma nova justificativa que seja coerente com a nova realidade antropológica, científica e pedagógica. Discordamos da tese e convicção que afirmam a existência da Educação religiosa como saudosismo da cristandade, uma disciplina que tenta compensar a perda do *Orbis Christianus* e que não passa de uma cátedra de moral cristã. De fato, tal disciplina, deve ser muito mais que uma fonte de emprego para pessoas sumamente piedosas que gostam de sala de aula. A ressignificação que propomos aposta pela reflexão que assume a dimensão transcendental, refletida no mistério da fé, como estrutura antropológica básica<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Cf. VAZ, Henrique C. de Lima. *Raízes da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2012, 291 p. Quando falamos de estrutura antropológica básica queremos aqui refletir a concepção básica de que o homem é relação e de que fundamentalmente a humanidade se constituía através de quatro relações elementares, a saber: a relação com outra alteridade ( de mesma natureza humana, isto é dizer as pessoas), a relação com a alteridade da natureza ( outras vidas no planeta), a relação de ipseidade ( que é o princípio de individuação segundo Duns Scot, ou seja, a relação conosco mesmo, e, por fim, a relação com o

O chamado conflito de interpretações ou o debate ferrenho entre os defensores do ensino laico e os defensores da escola confessional se intensificou no período de transição entre o Império e o nascente regime Republicano. De fato, a discussão antecede à primeira república, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco foram, a partir da década de 1870, os grandes defensores da Laicidade educacional. Como podemos perceber a discussão se prolonga e passa a ser uma questão ainda em debate no início da era republicana. Com efeito, se pode averiguar que a primeira constituição do período republicano (1891) parece negligenciar a questão da educação<sup>2</sup> e, por isso mesmo, não prescreve nada específico no que se refere ao conflito latente entre a opção pela laicidade na educação ou a manutenção da Educação religiosa nas escolas<sup>3</sup>.

O caráter laico do sistema educacional não conseguiu suprimir a complexa discussão sobre a possibilidade da Educação religiosa na escola. De fato, no início da Era Vargas, em 1931 pelo decreto 19.941, instituiu-se a Educação religiosa como disciplina facultativa nos cursos de primária, secundária e normal. Não obstante, este caráter facultativo parece não ter sido ressaltado e comunicado ao público interessado. Veremos mais adiante que a discussão presente desde os primórdios do período republicano ainda é atual e que, de fato, a “Educação Religiosa” como disciplina permanece ainda como uma questão em debate.

## **2. Laicidade educativa e discurso eclesial: proselitismo X proselitismo**

A palavra *Prosélito* vem do grego e possui uma proximidade semântica com os verbos (*Proserpou* / *Προσ-ερπω* /= estar próximo e *Proserchomai* / *Προσ-ερχομαι* /= ser discípulo)<sup>4</sup> que significa discipulado, seguidor, aquele que se aproxima de algo ou alguém. Este termo historicamente foi utilizado para designar no judaísmo as pessoas simpatizantes da religião de Israel. Tratava-se dos “gentios” que se aproximavam da religião semítica e, de certa forma, participavam do mundo da fé dos Judeus. À diferença dos judeus de “autêntica cepa”, isto é, aqueles que nasciam dentro do judaísmo, os prosélitos não eram circuncidados se não que passavam somente por um

---

mistério ( na linguagem cristã com Deus, na linguagem filosófica me parece interessante a dimensão de enigma destacada por Ricoeur).

<sup>2</sup> Esta “negligência” ocorre por motivos lógicos. Tratava-se de não sobrecarregar a federação com temas que podiam possuir legislação e organização de acordo com a necessidade de cada Estado. Aqui, claramente, o tema educacional foi relegado à responsabilidade de cada Estado da República Federativa.

<sup>3</sup> Cf. SAVIANI, Dermeval. *A trajetória da pedagogia católica no Brasil: da hegemonia à renovação pela mediação da resistência ativa* in V Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2004, Évora - Portugal. Igreja, Estado e Educação no Brasil. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2004. v. 1. p. 29-48.

<sup>4</sup> Cf. PROSELITO in URBINA, José M. Pabón de Urbina. *Diccionario Manual Griego-Español*. Barcelona, Vox, 1998, p.510.

banho ritual. Também se sabe que no templo eles não podiam passar do pátio reservado às mulheres e crianças. Posteriormente ao termo prosélito se cunhou o verbete proselitismo para se referir a um tipo de propaganda religiosa cujo objetivo consiste em arrebanhar adeptos, fazer discípulos. A reconstrução e contextualização morfológico-semântica desta expressão se fazem necessários para entender o porquê de identificarmos tanto o discurso eclesial quanto o discurso laical como expressão de certo proselitismo. Sem sombra de dúvida as duas tendências buscavam arrebanhar discípulos para a sua causa.

Não duvidar das legítimas intenções dos defensores da escola laica, que estavam preocupados com a liberdade e respeito à diversidade, é o ponto de partida da nossa reflexão. Contudo, situar e contextualizar esta tensão desde os preconceitos que a fundamenta é da mesma forma primordial para garantir uma reta compreensão da problemática. De início, podemos falar que a característica principal dos dois grupos em debate é o binômio defesa-ataque. Esta postura, por si só, impede qualquer diálogo, os ouvidos são sempre escudo, e as palavras sempre são atiradas como flechas e recebidas como tais. Em definitivo não há um diálogo, mas um monólogo no qual cada grupo fala para si mesmo e seus prosélitos.

O anticlericalismo característico da Revolução francesa se espalhou entre os intelectuais que paulatinamente foram elaborando uma “teoria da conspiração” na qual a Igreja era a “mãe macabra” que podava a liberdade dos homens tratando-os como crianças. Desde esta perspectiva a luta pela laicidade se apresenta como uma luta pela autonomia intelectual e moral. Não podemos negar que o paradigma nomotético, a partir do qual a Igreja se configurava, não permitia pensar a liberdade e a moral com a mesma liberdade de espírito proporcionada pelo novo paradigma da razão hipotética fundamentada no sujeito cartesiano<sup>5</sup>. Contudo, justiça seja feita, é importante ressaltar que o paradigma nomotético não é a intuição original da comunidade cristã. Portanto, culpar a Igreja nomotética pelo tolhimento da liberdade não pode ser equivalente a acusar o cristianismo ou a comunidade cristã de mãe macabra que castra e infantiliza os seus filhos. Infelizmente esta distinção metodológica não existiu e, por isso, o discurso da laicidade muitas vezes esteve muito mais ancorado ao medo, quase infantil, de não ser livre, do que em um verdadeiro sentido de luta pela liberdade. Pelo discurso dos

---

<sup>5</sup>Cf.SOUZA. José Carlos Aguiar de. *O projeto da modernidade: autonomia, secularização e novas perspectivas*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

vanguardistas do século XIX se percebe que a defesa da laicidade escolar se configurava a partir do ataque aberto contra a instituição eclesial.

Os preconceitos sobre a Igreja da Idade Média, caracterizada como tempo de sombras, favoreceram o ambiente para a implantação da grande propaganda da era da razão moderna. Em oposição à idade das trevas surgiu o século das luzes. Toda cultura borbulhante no período do renascimento servirá de base para sonhar uma nova humanidade que haveria de abandonar a ignorância vivida nos tempos de outrora. Esta ignorância foi, despidoradamente, identificada com a Igreja. A nova ciência e as novas técnicas foram, imprudentemente, utilizadas para a negação de toda cultura precedente. Criticou-se a metafísica, mas a falta de reflexão histórica sobre os novos conhecimentos científicos parecia fundamentar uma ciência a-histórica sem conectividade com seu passado. Não houve reconhecimento da longa tradição que cultivou por séculos saberes<sup>6</sup> que poderiam ter desaparecido durante as grandes e muitas catástrofes. Não se trata aqui de julgar ou defender instituições, mas de promover uma autocrítica que evite anacronismos na hora de propor o debate tão complexo como é o que se refere à Educação religiosa nas escolas. Tampouco se trata de promover uma justificativa da instituição eclesial, mais bem queremos reconhecer e assumir os pontos nevrálgicos, pois só assim é possível um verdadeiro diálogo.

Constitui um fato lamentável que a institucionalização da experiência do Cristo tenha colaborado significativamente com a desesperança na mensagem vital que encerra o espírito cristão. O contra testemunho de uma Igreja clerical, profundamente corrompida pelo poder falou, por vezes, mais alto que a esperança evangélica. Surge assim, paradoxalmente, a ideia de secularização como movimento de libertação daquilo que devia, pelo seu caráter mesmo, colaborar com a liberdade humana, a saber, a Igreja. No meio de todos os conflitos e medos surge uma racionalidade messiânica que promete a libertação plena desde que sejam abandonadas quaisquer perspectivas religiosas<sup>7</sup>. A religiosidade se confunde com a institucionalidade e justamente aqui está o tendão de Aquiles do projeto da razão moderna. O tão famoso retorno do (ao) sagrado, presenciado nos tempos de pós-modernidade, confirma que esta confusão foi um

---

<sup>6</sup> Conhecimento que foram responsáveis pelo progresso posterior. Basta lembrar que a base filosófica do ocidente não pode desconsiderar todo arcabouço construído por dois grandes teólogos cristãos, a saber: Agostinho e Tomás. Isto mesmo vale para a política e a noção de direito herdada dos Romanos e organizada pela Igreja. Igualmente é válido lembrar que foram os mosteiros os grandes centros culturais da Idade Média, sem seus acervos e comprometimento intelectual dificilmente teríamos tido os avanços que agora temos.

<sup>7</sup> O positivismo de Augusto Comte, clara influência da filosofia política da República brasileira, atesta claramente esta libertação da religião como máxima evolução da humanidade.

lamentável equívoco. O fracasso do projeto da modernidade atestado pelas catástrofes das duas guerras mundiais e outras barbáries talvez nos permita ver hoje com outros olhos a relação: transcendência- instituição. Neste sentido, pensamos que hoje seria inviável e absurdo entender a secularização a partir da negação do transcendente como estrutura antropológica básica.

Negligenciar a dimensão da espiritualidade, negando a abordagem sistemática deste tema no âmbito educativo, pode constituir uma antinomia existencial. Isto porque a dimensão do mistério constitui um tema antropológico básico. Contudo, é verdade que podemos nos libertar das formas institucionais corruptas que distorcem nossa vivência como seres transcendentais. Porém, não é isto que estava em questão na grave e grande discussão entre os dois setores, a saber: Igreja e defensores da laicidade. Se por um lado a Igreja permanecia fechada em si mesma acreditando que ainda devia tutelar a humanidade, por outro se criou quase uma 'neurose de guerra' entre aqueles que se nomeavam como novos defensores da liberdade. Na sua luta não havia espaço para o aspecto religioso<sup>8</sup>. Por tal motivo era inconcebível uma escola que oferecesse a opção disciplinar referente a esta esfera. A Educação religiosa nas escolas era uma ameaça ao progresso da razão e talvez uma chance para Igreja continuar controlando as consciências. Cabe hoje decidir se estes medos ainda se justificam e se é viável manter um pensamento pautado mais em uma postura de defesa e preconceitos do que em uma real preocupação pela formação integral das crianças e jovens. De igual maneira, enquanto comunidade eclesial, devemos reconfigurar nossa postura diante da Educação religiosa e não mais pensá-la como catequese disfarçada, recinto dos piedosos que gostam de sala de aula. A religião como manifestação da estrutura antropológica básica, tal como a Arte e a Filosofia<sup>9</sup>, deve defender a Educação religiosa não como espaço de doutrinação, mas como oportunidade propiciadora de humanização a qual não pode ocorrer sem a escuta autêntica e diligente da alteridade.

### **3.A educação religiosa sobre a ótica da constitucionalidade: medo, ignorância e intolerância**

Há, sem dúvidas, muitas coisas que poderiam ser discutidas neste tópico. Contudo, para propiciar uma visão mais sintética da situação optamos por estruturar nosso texto a partir de três perspectivas que nos permitirão fazer uma hermenêutica

---

<sup>8</sup> No duplo sentido, nem para o homem religioso nem para o pensamento religioso

<sup>9</sup> No sistema Hegeliano a fenomenologia (manifestação) do Espírito Absoluto ( encarnação da racionalidade mais pura) se dá através de três grandes esferas: Filosofia, Arte e Religião.

mais realista e menos tendenciosa a respeito do tema em questão. A primeira perspectiva visa discutir sucintamente a questão da postura atual da nova LDB quanto a Educação religiosa nas escolas públicas e privadas. Trata-se de uma interpretação do panorama legal sobre a temática. De outro modo, também queremos abrir um espaço para escutar aqueles que são diretamente atingidos por esta realidade, a saber, os nossos alunos. Para além de apresentar as diversas posturas e discussões dos intelectuais sobre o tema, pensamos ser conveniente abrir nossos ouvidos àqueles que realmente sofrem o drama de “conviver” ou não com a Educação religiosa na sua sala de aula. Um discurso que não parte das vivências reais não só é incompleto, mas também vazio. Fala-se de luta contra o proselitismo de um lado, de outra parte alguns defendem a legitimidade da doutrinação religiosa. Nós optamos por uma hermenêutica que ressignifique o panorama do Educação religiosa. Contudo, e nossos jovens, que pensarão, como veem esta problemática. Aliás, isto para eles é ou não uma questão-problema? Estas perguntas não são somente legítimas como também estruturais no sentido de que nosso discurso não pode ser construído sem elas sobre o risco de cair num vazio hermenêutico.

Ao propor pensar a constitucionalidade ou não do Educação religiosa percebemos que, ademais de fazer referência à uma questão legal, deve-se vislumbrar também um mundo de atitudes que influenciam o discurso de legitimidade ou não da disciplina. Este mundo pode ser apresentado desde três posturas existenciais: medo, intolerância e ignorância. Vamos pensar em separado cada uma delas.

Ainda que triste seja, não podemos deixar de perceber que a “cristandade”, em muitos dos seus aspectos, nos deixou uma herança negativa no que se refere ao mundo religioso. A esta herança negativa conectamos a postura existencial do “MEDO”. Em tom de brincadeira não é raro ouvir comentários sobre “fogueiras” quando alguém diz algo que parece muito avançado ou subversivo em termos da moral tradicional. Desde esta égide é coerente afirmar que vivemos, talvez inconscientemente, sobre uma constante “neuroses da inquisição”. Trata-se de um mecanismo psíquico obvio e passível de compreensão instantânea, posto que básico. Quando temos uma experiência negativa lutamos contra ela e, ainda que não a possamos expulsar do nosso mundo do “já sentido”, criamos mecanismos que nos defendam ou previnam de cairmos outra vez na mesma condição. Assim passa com as neuroses de guerra, um soldado sempre vê o inimigo antes que seja notado pelo mesmo. O pavor difundido pela “Inquisição”, o moralismo sufocante e casuístico tal como a intolerância e univocidade religiosa da cristandade deixou profundas marcas no mundo moderno que foram condições de

possibilidade para a postura existencial do “medo”. A “neurose da inquisição” quer expulsar para longe a possibilidade de voltar à esta época e neste sentido, participamos de bom grado desta condição psíquica. Contudo, esta postura existencial de estar sempre na defensiva nos lança em um campo estéril no qual prevalece um mundo solto de palavras justificadoras que são ditas como num monólogo. Não há espaço para o discurso justificador ou explicativo do outro (antigo agressor). E ainda mais grave: não há espaço para a reconciliação, perdoar é impossível.

A postura do medo gera a atitude existencial da IGNORÂNCIA. O temor neste caso está, paradoxalmente, baseado numa prepotência intelectual que afirma conhecer totalmente a “realidade opressora” e suas causas. Sendo assim, não tem que perdoá-la e tampouco ouvi-la. Neste sentido, há uma dupla atitude de ignorância: primeiro ignoro concretamente todo discurso que me fala da realidade que temo chegando a ignorar até mesmo as pessoas vinculadas a esta. Em segundo lugar, para além da prepotência intelectual, há na realidade uma ignorância intelectual ou hermenêutica. Trata-se de uma incapacidade de interpretar os fatos de forma contextualizada. Pode-se conhecer os fatos a fundo e saber detalhes históricos, mas as emoções provocadas pelo medo criam uma barreira “hermenêutica”. Neste caso, nosso “Ignorante”, tem a cabeça cheia, mas não tem uma cabeça bem feita<sup>10</sup>. Por suposto que há um círculo vicioso entre estas duas posturas existenciais: o medo gera a ignorância que gera mais medo e que volta a fomentar a ignorância de base.

Do medo e da ignorância brota a postura existencial da “INTOLERÂNCIA”. É paradoxal pensar que em um mundo que se fala tanto de tolerância não se tolere e tampouco se assuma o sentimento de transcendência como estrutura antropológica expressada na disciplina questão. E o curioso é que tal intolerância está fundamentada num discurso de tolerância religiosa sobre o marco de defesa de um não proselitismo. Se realmente nos preocupamos por erradicar o proselitismo religioso, coisa que muito nos compraz, temos antes que repensar estruturas onde a religião possa ser abordada com seriedade e metodologia. Com tudo, isto não parece ter sido a prioridade nem mesmo no discurso do magnífico Rui Barbosa. Depois dele o que veio é uma *verborrêia* claramente baseada numa atitude de medo vestida com o mando real e nobre da “laicidade” educativa. Este emaranhado de opiniões soltas e reacionárias de ambas as

---

<sup>10</sup> Cf MORIN, Edgar. *A cabeça bem – feita*: repensar a reforma reformar o pensamento. 5 ed. s/l: Bertrand Brasil, s/d.

partes, tanto da Igreja como dos defensores da laicidade, apenas confirma nossa tese de que tais discursos têm um fundo demasiadamente passional e, conseqüentemente, tem como base uma atitude de medo. Não é tarde para dizer que as três posturas existências descritas podem, e de fato, devem ser vistas como características que estão presentes em ambos os lados, tanto em alguns setores da Igreja quanto em setores do discurso sobre a educação laica, aqui ninguém tem guarida.

Às três atitudes existenciais anteriores, propomos outras três posturas existências como forma de contrapeso que nos possa lançar para fora deste campo infértil. Trata-se da tríade: RECONCILIAÇÃO, HUMILDADE e DIÁLOGO. Sobre elas umas breves palavras. Antes de qualquer coisa é preciso que tenhamos claro que a vida é um contínuo processo de RECONCILIAÇÃO. Neste sentido, vivemos reconciliando-nos e quando reconciliamos, então, vivemos. Entender isto significa ponderar o pensamento que vislumbra a palavra 'reconciliação' a partir do preconceito intelectual anti-religioso. Isto porque, para quem de pertencer ao mundo da instituição eclesial, a palavra reconciliação quer expressar uma atitude fundamental na vida dos seres humanos. Em outras palavras, perdoar não somente é algo da esfera cristã, se não que é algo humano, e por ser humano é profundamente cristão. O homem moderno precisa vencer o medo fomentado pelas diversas neuroses e não há outro caminho que não seja a reconciliação com a própria história. Aceitar compreendendo e compreender aceitando, este é o viés para uma reconciliação da nossa história pessoal em conexão com a história vivida por toda humanidade. Reconciliados conosco mesmos e com as experiências vividas podemos nos abrir, em HUMILDADE, a uma nova realidade de auto e *alter-compreensão*, que nos afasta da ignorância e nos abre caminho à busca pela verdade.

O que dissemos sobre a reconciliação se aplica também à categoria da HUMILDADE. Esta palavra não pertence somente à esfera religiosa como tal e na tradição intelectual das diversas culturas sempre foi entendida como um atributo da humanidade. HUMILDADE se conecta a HUMANIDADE. Um pouco de poesia e alegoria nos ajudará a perceber o profundo nexos entre os dois verbetes. Humildade vem, assim como se pode pensar biblicamente de humanidade, da palavra latina húmus que significa terra, barro, poeira. Isto que dizer que ambas as palavras nos recorda nossa existência limite e nosso limite existencial. Desde modo a postura existencial da prepotência intelectual refletida na Ignorância, dar lugar a um sentimento de gratidão e modéstia que nos abre à escuta do outro possibilitando, assim, o diálogo. Ser humano é ser humilde e ser humilde é ser humano. Trata-se de reconhecer que não abarcamos



todas as perspectivas da vida, de não fazer do nosso ponto de vista o único farol seguro a partir do qual posso ver todas as embarcações. É bom lembrar que há outros faróis e que o mar é maior que nossa praia.

Reconciliados com nossa história e conectados à nossa humildade-humanidade estamos “aptos” para o DIÁLOGO. Não há mais ignorância em termos de intolerância porque reconheço que estou feito da mesma carne do outro. Neste sentido, ignorar é auto-ignorância, e não tolerar é uma auto-intolerância. Abro-me ao diálogo com o outro porque sei que há algo nele que se me escapa e que não posso apreendê-lo totalmente. O outro sempre é um horizonte inalcançável, querer dominá-lo e conhecer todas as suas razões é como pretender encerrar numa caixa todos os raios do sol<sup>11</sup> para poder depois dispô-los a meu bel-prazer. Numa postura existencial aberta ao diálogo o medo cede lugar à solidariedade a partir da qual busco entender meu próximo sem pré-julgamento.

#### **4.Postura atual da LDB (Lei de Diretrizes e Bases)**

Ao propormos este tópico sobre a postural atual da LDB no que diz respeito ao educação religiosa, queremos encontrar muito mais que uma ancoragem legal para a legitimação de tal disciplina. O que buscamos de verdade é captar o espírito da lei, a intuição profundamente humana que a rege e justifica. De fato, sobre este tema muitos caminhos e interpretações têm seu lugar a partir de posturas recalcitrantes, preconceituosas e agressivas. Não obstante, ainda somos guiados pelo espírito da disputa entre laicismo e doutrinação, típica do século XIX, sendo incapazes de perceber que a proposta defendida pela LDB vai muito além de um jogo de satisfação de interesses. Em verdade, pensamos que esta disposição legal possui uma intuição de fundo que ultrapassa simplesmente algo que poderia ser uma medida de consolo para os cristãos ou uma postura diplomática frente aos defensores da laicidade.

A partir da Constituição Federal de 1988 o tema religioso aparece basicamente em duas dimensões diferentes. A primeira delas se refere à assistência religiosa como direito do cidadão que a deseja requisitar e, por tanto, garante esta mesma assistência nas entidades civis e militares. Assim diz o texto:

*É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva. (Cf. Título II- Capítulo I, artigo 5 parágrafo VII)*

---

<sup>11</sup> O sol brilha sobre bons e maus, sua luminosidade sempre existirá para além de nossa percepção.

Daqui vem toda a questão da prestação de serviço religioso às entidades acima citadas (capelães militares, assim como a administração de sacramentos em hospitais e outras entidades). Aqui queremos ressaltar que não é deste tipo de serviço que se trata a educação religiosa. Embora os colégios cristãos também sejam autorizados a utilizar seu espaço como plataforma pastoral deve haver uma distinção clara entre os trabalhos pastorais realizados no colégio e o serviço de Educação religiosa. Trata-se, de fato, de dois níveis diferentes. Se o primeiro está no mesmo nível da assistência religiosa prestadas ao exercito e aos hospitais, o segundo está fundamentado na concepção básica de que a dimensão Transcendente ou do Mistério da vida não pode ser negligenciada na formação integral da pessoa. A primeira está conectada à segunda como forma concreta de encarnar esta dimensão vital, por isto ela é múltipla e é manifestada de diversas formas (diversas manifestações religiosas, ou até mesmo na impossibilidade de nomear tal manifestação ou de negá-la como é o caso do ateísmo). Isto é o que veremos na próxima disposição legal e no próprio texto da LDB. A questão da Educação religiosa aparece explicitada da seguinte forma:

*O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental.*( Cf. Da assistência social, seção IV Cap. III Art 210 Parágrafo 1).

Este texto foi ampliado e melhor explicitado em forma legal nove anos depois da Constituição de 1988. Assim reza o texto da LDB de 1997:

*O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.* ( Cf. LDB, Cap. II Seção III, Art 33: Lei n. 9475 de 22-07-1997).

Parece-nos plausível pensar que a República Brasileira, junto ao seu Ministério da Educação, na sua disposição legal já citada, ao manter a educação religiosa nas escolas quis reconhecer, sabiamente, a dimensão religiosa ou Transcendente como uma das estruturas antropológicas básicas do sujeito. Somente a partir deste ponto de vista

faz sentido a afirmação legal de que o Educação religiosa, mesmo que de caráter facultativo, faz parte integrante da formação básica do cidadão. Ora, se um Estado Laico reconhece tal disciplina como importante para a formação básica do seu povo é porque ela deve significar e propor muito mais que uma simples e ultrapassada formação religiosa de caráter confessional-doutrinal. Seria, por conseguinte, absurdo pensar que nosso Estado Laico, no fundo, está propondo uma doutrinação de seus cidadãos. De fato, não cremos que este seja o objetivo da nossa República ao propor a Educação religioso como parte da formação integral das pessoas. Ao contrário, pensamos que tal disposição legal brota da noção de que não podemos negar uma parte tão fundamental da existência humana. E que, portanto, seria irreal negá-la nas salas de aulas quando nas consciências e no dia a dia dos cidadãos ela se faz presente de forma determinante ao ponto de configurar as opções existenciais<sup>12</sup> e de imprimir caráter às existências pessoais e institucionais. De uma forma clara e sem medo de coação podemos dizer que aceitar e reconfigurar<sup>13</sup> a Educação religiosa nas escolas é ser coerente com a proposta de uma formação integral que pensa o homem e a mulher para além de uma racionalidade fria e pretensiosa. Tal racionalidade, característica da ciência positivista, há muito já foi superada, ainda que suas consequências e legado continuem bem visíveis na nossa forma de pensar e descartar a dimensão do Mistério.

### **5. Uma palavra dos estudantes sobre a Educação religiosa**

Esta parte da nossa pesquisa, ainda que breve, constitui momento fundamental da nossa reflexão. De fato, seria lamentável, num trabalho como este, a negligência das vozes daqueles que sofrem diretamente com o dilema da Educação religiosa nas nossas escolas. Assim sendo, reservei um tempo considerável para ouvi-los e a experiência foi tão gratificante quanto chocante. A breve pesquisa foi feita com alunos do ensino Fundamental e Médio do Colégio onde coordeno o Educação religiosa<sup>14</sup>. Inclui também depoimentos de alguns alunos do ensino fundamental de algumas escolas públicas da cidade de Belo Horizonte e Governador Valadares. Para garantir uma visão mais

---

<sup>12</sup> Sem dúvida Crer ou não Crer é uma opção que determina e configura nossa forma de existir enquanto pessoas.

<sup>13</sup> Para a Reconfiguração do Ensino Religioso é preciso que o Estado a partir da Secretaria da Educação cumpra um papel ativo na elaboração de um currículo específico e que prepare sua implantação gradual em cada instituição educativa. Só assim pode ocorrer a vedação de todo e qualquer proselitismos. Caso contrário, continuaremos nesta situação desconfortável de desprezar algo fundamental para nossa formação em virtude do medo de ser doutrinado e violado em nossa tão essencial liberdade. É importante ainda insistir na distinção entre a lei que garante a assistência pastoral-religiosa da lei que fundamenta o Ensino religioso, as duas podem ser complementares, mas possuem princípios e razões distintas.

<sup>14</sup> Colégio Ibituruna da Ordem dos Padres Escolápios, Cidade de Governador Valadares.

panorâmica da presente pesquisa, escolhemos apresentá-la em três tópicos que, resumidamente, oferecer-nos-á a visão crítica e intuições fundamentais dos nossos queridos estudantes no que se refere ao tema em questão.

#### **a) Falando francamente**

O clima de acolhida me deixou perplexo. Já mais imaginei ser tão respeitado em ambiente algum como fui naqueles encontros breves, mas preciosos, nas tardes quentes de Governador Valadares. Todos os alunos desde Cristãos católicos, passando pelos Evangélicos e Espíritas até chegar aos irmãos em humanidade que se declaram Ateus. Todos aceitaram dialogar e a partir daí entrávamos um bate papo no qual pudemos falar francamente da situação da educação religiosa no Colégio. Sem amarras, como deve ser o verdadeiro diálogo, lançaram suas palavras. Quase todas saíam repletas de empatia, algumas possuíam algo de desilusão, em outras pude perceber uma dose de mágoa. Contudo, todas foram ditas com honestidade e confiança. Descrever aqui estes diálogos seria transformar em vã literatura uma das mais bonitas experiências da minha vida como professor. Aqui somente quero registrar que falamos francamente, sem censura.

#### **b) Como peixe fora d'água**

A impressão que tive em todos os diálogos é que os estudantes se sentiam como peixes fora d'água. A maioria se viu surpreendidos pelo diálogo. Esperavam encontrar um coordenador “chato” que lhes impusessem uma série de regras e deveres a serem observado estritamente no novo modelo de Educação religiosa proposto pelo Colégio<sup>15</sup>. Ficavam mudos quando perguntava, propositalmente, sobre a opinião deles em relação à eficácia nas suas vidas da Educação religiosa. Um minuto de silêncio e de repente disparavam frases curtas, mas cheia de autenticidade: “ *não sei; nunca serviu para nada; serve para conhecer a Deus; serve para estudar a vida de Jesus; serve para agente não ser terrorista; Server para gente amar o próximo; se não mudar não serve; serve para colocar a ideologia do colégio (...)*”. Fui fuzilado por olhares penetrantes que falavam mais que a própria boca. De forma geral os estudantes manifestaram seu descontentamento com a disciplina e com os professores. Todos foram unânimes em afirmar que nunca a levaram a sério e que as próprias instituições não se preocupam pela mesma. A maioria confundia Educação religiosa com catequese e muitos chegaram a firmar que: “*não ensinam nada da Bíblia*” ou ainda que “ *isto que aprendemos aqui*

---

<sup>15</sup> Isto no que se refere ao diálogo com os Alunos do Colégio onde ainda hoje trabalho.

*também ensinam na Igreja*”. Isto deixa claro que em realidade não há uma clareza entre a diferença da possibilidade de um trabalho pastoral nas instituições educativas particulares e o que deve ser, constitucionalmente, a Educação religiosa. Em particular, foi brilhante a observação de um aluno que sugeriu que mudássemos o nome da disciplina.

De forma geral, podemos concluir, que o depoimento de mais de 120 estudantes apontou para uma total ineficácia da Educação religiosa na formação dos nossos adolescentes. A maioria não sabe para que serve, grande parte a confunde com catequese e muitos se sentem excluídos ou ameaçados pela mesma. Outro dado relevante se refere ao que pensam sobre seus professores: são bons, mas falta disciplina e precisam especificar melhor seus objetivos. Os dados apontam também para uma falha na formação do profissional que oferece este tipo de serviço e igualmente acusa a inadequação e descaso com o conteúdo a ser trabalhado. Literalmente, professores e estudantes, se sentem como *peixes fora d’água* na hora de pensar, executar e participar das “aulas de Educação religiosa”.

### **c) Uma profunda Intuição**

Sem embargo, como bem diz o chavão, nem tudo está perdido. Com surpresa e emoção pude notar que todos os entrevistados possuíam uma intuição sobre a importância da Educação religiosa na escola. Alguns deles diziam com franqueza: “*se a lei coloca que é importante, deve ser importante uai!*”, proclamavam em seu “mineirez”. Havia algo que os impedia de rechaçar de uma vez por todas a disciplina. Muitos apelaram para a total transformação da mesma em uma “*matéria*” que se intitulasse “*humanidades*”. Pelo conteúdo manifestado em todos os diálogos podemos pensar que a religiosidade, ou melhor, a dimensão transcendente como estrutura básica da nossa humanidade, é intuída pela maioria dos entrevistados como algo importante para a própria formação, inclusive a acadêmica.

### **Conclusão: para além de todo proselitismo**

Pensar para além de todo proselitismo significa descobrir a verdadeira faceta do fenômeno religioso e reconhecê-lo como aspecto configurador da existência humana. Neste sentido, é preciso lançar um olhar mais profundo e fecundo sobre a dimensão do mistério e não confundir jamais religiões com religiosidade<sup>16</sup>. É preciso ter claro que a

---

<sup>16</sup> Sobre isto falaremos mais explicitamente quando comentáramos a categoria de “Sentimento Oceânico” esboçada por Freud.

segunda é o fundamento da primeira, ainda que, numa dialética profunda as duas concepções se tocam e se reconfiguram.

Só é possível superar os discursos proselitistas na medida em que compreendemos a transcendentalidade como fenômeno antropológico que configura toda existência humana. Contudo, afirmar a transcendentalidade como estrutura antropológica básica não dá direito a nenhuma Religião ou Igreja de pensar a Educação religiosa em via de monopólio. Eis aqui o verdadeiro desafio: encarar com humildade a diversidade e dialogar com a sociedade abrindo mão de nosso desejo, ainda inconsciente, de doutrinar. Somente assim, de fato, podemos, deveras, humanizar.

### **Referências:**

MORIN, Edgar. *A cabeça bem – feita: repensar a reforma reformar o pensamento*. 5 ed. s/l: Bertrand Brasil, s/d.

SAVIANI, Dermeval. *A trajetória da pedagogia católica no Brasil: da hegemonia à renovação pela mediação da resistência ativa* in V Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2004, Évora - Portugal. Igreja, Estado e Educação no Brasil. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2004. v. 1. p. 29-48.

SOUZA, José Carlos Aguiar de. *O projeto da modernidade: autonomia, secularização e novas perspectivas*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

URBINA, José M.. *Diccionario Manual Griego-Español*. Barcelona, Vox, 1998, p.510.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Raízes da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2012, 291 p.